

Em Tese

A ECONOMIA DA COLABORAÇÃO DE FRANCESCO RAMELLA E CECILIA MANZO: UMA ANÁLISE AMBIVALENTE DO PRESENTE, PARA UM FUTURO INCERTO


The Economy of collaboration by Francesco Ramella and Cecilia Manzo: an ambivalent analysis of the present, for na uncertain future

Rodrigo Campos Dilelio

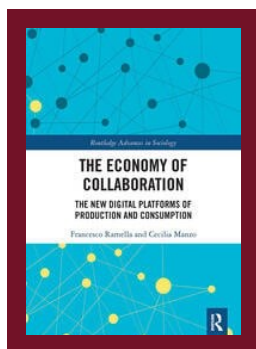
Doutorando em Sociologia

UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, Brasil

Rodrigo_campos@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8326-3364>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●



RAMELLA, Francesco; MANZO, Cecilia. **The Economy of Collaboration: The New Digital Platforms of Production and Consumption**. New York: Routledge, 2021. E-book. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-Economy-of-Collaboration-The-New-Digital-Platforms-of-Production-and/Ramella-Manzo/p/book/9780367636333#>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CHAVE: Colaboração. Produção. Consumo.

KEYWORDS: Collaboration. Production. Consumption.

1. A ECONOMIA DA COLABORAÇÃO DE FRANCESCO RAMELLA E CECILIA MANZO: UMA ANÁLISE AMBIVALENTE DO PRESENTE, PARA UM FUTURO INCERTO

O primeiro quarto do século XXI tem sido um período no qual três formas diferentes de “crise” coabitam as expectativas de futuro, tanto de dirigentes governamentais quanto dos mais variados tipos de cidadãos: engajado e não engajado em causas sociais, mais ou menos escolarizados, mais ricos ou mais pobres.

Em um sentido bastante geral, podemos caracterizar tais crises como produto: 1) dos efeitos das mudanças climáticas, experimentado a partir da incidência do aquecimento global; 2) da crise dos alimentos, referente ao aumento da população global e respectiva ampliação do abastecimento das necessidades; e, 3) da crise econômica relacionada à falência de instituições econômicas (especialmente representada por organizações bancárias) pelas quais, EUA e os principais países da UE difundiram seus respectivos modelos de governança e integração social.

Consideradas em seu conjunto ou separadamente, elas remetem a um período de incertezas cujo desfecho está em aberto. Embora cada tipo de crise possa interferir de forma diferente na vida das pessoas, não há estrato ou classe social completamente alheia a quaisquer um dos seus efeitos.

Neste mesmo período de quase vinte cinco anos, aprofunda-se de maneira acelerada um amplo processo de reestruturação das atividades econômicas, potencializadas pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Esta reestruturação suscita preocupações no mundo do trabalho, seja pelo risco do desemprego, seja pela necessidade da formação de pessoas trabalhadoras competentes neste contexto, bem como nas formas de regulamentação das transações habilitadas pelas novas tecnologias. Dieuaide e Azaïs (2020) classificaram este interregno como zonas cinzas da governança digital.

Parece haver uma convergência na identificação da dimensão digital enquanto meio, capaz de produzir intersecção entre ações relacionadas ao enfrentamento a cada uma das crises. Seja na mobilização de pessoas em favor de políticas para diminuição de gases que acarretam no efeito estufa, seja a troca por meio de compra, venda ou compartilhamento de modelos organizacionais capazes de promover o encontro entre aqueles que precisam se alimentar e aqueles que podem sanar esta necessidade, estão presentes as soluções

de conteúdo cultural intercambiáveis por meio de cliques. O sistema bancário também não prescinde desta opção, antes o contrário, alavanca sua existência a partir da sua interlocução particular com as inovações tecnológicas.

Em atenção a essa realidade, há uma oferta de estudos dedicados a caracterizá-la, e, naturalmente, tem sido bastante comum a difusão de interpretações que oscilam entre o ambíguo e o apocalíptico.

A respeito das transformações estruturais na sociabilidade introduzidas pela difusão das TICs, temos referências ao fenômeno como *a cauda longa* (ANDERSON, 2006), *o que é meu é seu* (BOTSMAN e ROGERS, 2015). De outra parte, também encontramos interpretações desta realidade em questão, apresentadas como *o fim do ciclo da vida tal como o conhecemos* (CRARY, 2016), *a desregulamentação 4.0* (SLEE, 2017), e *a morte da política* (MOROZOV, 2018).

Considerando a amplitude e a diversidade deste processo, o livro *The Economy of Collaboration - The New Digital Platforms of Production and Consumption*, chega em boa hora.

A hipótese do livro baseia-se em 4 pressupostos: i) o fenômeno da economia colaborativa compõe-se de processos contraditórios, reunindo vetores de dissipação e acumulação de capacidades sociais de colaboração; ii) os processos cumulativos tendem a expandir as esferas colaborativas, reguladas por diferentes princípios, que oscilam entre as trocas de mercado e a reciprocidade generalizada; iii) a coexistência de diferentes tipos de regulação tende a gerar formas igualmente mistas de regulação, por meio de mercados híbridos e de reciprocidade equilibrada; vi) a expansão da economia digital aumenta as oportunidades de colaboração.

A tese inscrita no livro é de que a disseminação da economia digital, juntamente com outros fatores, levou a uma expansão das atividades econômicas baseadas na colaboração entre indivíduos e organizações. Assim, a arte de colaborar é apresentada como um valioso talento social, embora seja difícil e repleta de ambiguidades e conflitos.

A proposta visa incluir uma análise da economia da colaboração integrada àquilo que tem sido chamado de produção inteligente. Trata-se de uma leitura do processo nas chamadas sociedades avançadas do capitalismo. Em razão disso, a leitura ligeira de pessoas do sul global pode atribuir a esta contribuição um certo conformismo com a ascensão das *Big Tech*. A contribuição da dupla Ramella e Manzo, vai em outra direção.

O livro é dividido em três partes, distribuídas em oito capítulos, além da introdução e da conclusão. Na introdução, Ramella estabelece um diálogo com as contribuições do

filósofo Karl Polanyi, do qual foi extraída a noção de economia como “processo institucionalizado”, e do antropólogo Marshall Sahlins, de onde o autor mobilizou os princípios de regulação da atividade econômica. Tomado em conjunto, o referencial teórico embasa a intenção da autoria em ir além da produção inteligente, muitas vezes associada à ideia de 4ª revolução industrial, que por sua vez, tende a ignorar que as mudanças na esfera da produção estão estritamente interligadas com a distribuição e o consumo.

Na 1ª parte, consta uma análise sobre os fatores de impulsionamento de uma nova forma de produzir e consumir no âmbito da economia colaborativa, além de uma descrição daquilo que seriam as mudanças provocadas pela transição tecnológica mais recente.

Neste aspecto, cumpre ressaltar que ao longo do 1º capítulo, não se subestima a tendência à oligopolização no mercado das empresas tecnológicas, sobretudo representadas por empresas privadas dos EUA, e chinesas de capital público e privado. Nesse sentido, o autor situa os esforços da Comissão Europeia no que diz respeito à defesa dos dados transacionados em rede por cidadãos dos estados membros. Entretanto, os efeitos da mudança radical ocorrida nas últimas décadas incorreu em queda de custos na produção industrial, especialmente na Alemanha, permitindo um certo transbordamento no uso generalizado de artefatos tecnológicos, cuja existência, anteriormente, esteve circunscrita a parques produtivos de alta complexidade e mobilizador de grandes quantidades de capital.

O resultado disso seria o desenvolvimento da internet das coisas (IoT¹), determinada pela fusão da internet das comunicações, das energias renováveis e dos transportes automatizados. Em síntese, haveria uma domesticação de tecnologias complexas, permitindo a generalização de meios para produção descentralizadas de bens, produtos e serviços, habilitando cada vez mais consumidores interessados em conhecer e a manusear tais dispositivos e aplicações. Esta é a descrição do novo paradigma potencializado pelos “meios” onde produtores e consumidores fortalecem seus laços, especialmente pelos mecanismos de *feedback* instantâneo e coprodução de bens e serviços.

No 2º capítulo, Ramella avança sobre as questões relacionadas à produção inteligente. O autor recupera aspectos das revoluções industriais nas quais foram introduzidas, respectivamente: a máquina a vapor, a eletricidade e a informatização da

¹ Indica a possibilidade de se conectar à internet graças a novos protocolos que gerenciam um número maior de IPs (Protocolos de Internet), um conjunto de objetos físicos digitais que coletam e enviam informações sobre seu estado ou ambiente externo. No momento, são cerca de 14 bilhões de objetos conectados à rede e, dentro de três anos, analistas do setor preveem um crescimento que varia entre 20 e 110 bilhões (de objetos).

produção e do consumo. Esta 4ª etapa da revolução industrial seria difícil de distinguir da 3ª, pois ela se manifesta enquanto radicalização do processo iniciado pela informatização e o novo paradigma da produção e do consumo, cuja origem remete aos anos 1960. No entanto, ele descreve os aspectos novíssimos de sua manifestação: amplo acesso à internet habilitado pelas possibilidades variadas de conexão e difusão de objetos capazes de fazê-lo, aumento da capacidade de armazenamento de dados, desenvolvimento de sensores cada vez menores e mais baratos, os avanços da inteligência artificial e da robótica colaborativa.

A consequência da difusão e intercambialização de quadros culturais habilitados pelo ferramental informacional traz consigo uma profusão de novos modelos de negócio. Neste aspecto, ganha pertinência a tipificação deste novo formato, oscilando suas razões de existência entre os pólos “mercado orientado por preços”, mais convencional, e o mercado orientado pela “reciprocidade generalizada”, em que não há registro de trocas, nem a necessidade de retribuição.

Em conclusão à 1ª parte, Cecília Manzo arremata com uma definição operacional do que seria a economia da “partilha”, colocando na centralidade do consumo, não mais “a propriedade dos bens e serviços” transacionados, mas “o acesso”. Aqui, teríamos uma fronteira bastante indefinida entre o que é trabalho, o que é consumo e quem é o produtor do bem ou serviço. Contudo, a autora não omite a existência de um *dark side* nesta possibilidade de modelos de negócio: o trabalho intermitente.

Na 2ª parte, os autores oferecem uma leitura do processo em suas dimensões da inovação, do consumo, de produção e serviços, e finalmente, do financiamento.

No âmbito da inovação, Ramella informa, segundo pesquisa de campo, a prevalência de estratégias de colaboração entre as grandes empresas e sobretudo aquelas do setor de alta tecnologia. A distribuição percentual de empresas que colabora varia: 29% entre empresas pequenas (10-50 funcionários), 39% entre empresas médias (50-249 funcionários) e 55% entre empresas grandes (mais de 250 funcionários). A colaboração é apresentada em dois formatos. O 1º com parceiros externos, como fornecedores, outras empresas do mesmo setor, consultores e laboratórios comerciais; o 2º reunindo trabalho em conjunto com organizações não comerciais, como clientes privados, centros de pesquisa, universidades e clientes públicos.

Essa disposição em colaborar com parceiros exteriores às empresas, constitui uma realidade nova. Dela, são característicos os sistemas sociais e territoriais de inovação, de onde emergem relações de colaboração entre organizações orientadas ao lucro e outras

alheias a este objetivo. A difusão e o desenvolvimento das TICs, neste aspecto, facilitam a recombinação de modelos de negócio, escopo de tecnologias, além de diminuir os limites relacionados ao espaço-tempo. Esta tendência tem se apresentado como campo promissor para atividades mais colaborativas em processos inventivos, aprofundando a interdependência entre atores distintos, tornando difícil identificar as contribuições individuais em sua confecção e, finalmente, nem sempre assumem a forma de mercado orientado por preços.

Nos capítulos 5 e 6, Cecilia Manzo aborda, respectivamente, as dimensões do consumo e da produção de serviços; e do financiamento. No que diz respeito ao consumo e à produção, a autora dialoga com interpretações dos fenômenos da economia compartilhada e da produção inteligente, como “experiências já concluídas”, processos sob os quais haveria ilusão de uma mudança radical em formas de consumo, produção e métodos de prestação de serviços. Em atenção a isso, Manzo acrescenta que tais experiências ainda não estão esgotadas. Se por um lado, elas geraram formas de troca em modelos mistos que remetem ao princípio polanyiano de reciprocidade, por outro, as lógicas são orientadas ao mercado.

A autora prossegue explorando a descrição das formas mistas habilitadas por esta realidade, demonstrando o *mix* regulatório do processo. Estas formas mistas incluem carona, alimentação social, métodos de compra colaborativa de objetos, serviços e moedas complementares. A respeito disso, em particular, Manzo aponta que (1) a identidade continua sendo um aspecto fundamental, (2) novas relações sociais são geradas, (3) pode haver assimetria na relação entre plataformas e usuários, (4) as relações são também expressivo-experimentais, (5) o dinheiro pode ser um dos propósitos da troca, e (6) a adesão implica no reconhecimento da pessoa como parte de uma comunidade.

A tipologia construída pelos autores opondo as trocas orientadas pelo mercado e de reciprocidade generalizada, em que a última não incorre, necessariamente, em recompensas da parte que recebe o acesso ao bem, produto ou serviço é uma forma para designar a localização de alguns tipos de troca na tipologia proposta. Por exemplo, o *car sharing*, serviço de compartilhamento de carros, é um serviço regulado exclusivamente pela lógica de mercado, onde o usuário paga a empresa para utilizar o bem ou serviço. Por seu turno, a experiência difundida pelas plataformas de carona, como *Bla Bla Car*, estariam associadas a uma configuração de mercado híbrido, que permite e promove, práticas de reciprocidade equilibradas entre usuários com forte componente social. A razão desta configuração, seria o acerto direto entre fornecedor e usuário da carona. Esta experiência

difere de outros serviços orientados exclusivamente pelo mercado, como a *UBER*, cuja difusão de seu produto incorreu em alterações ou adaptação de legislação, realidade bastante distinta do *Bla Bla Car* e assemelhados.

Outros exemplos de serviços são apresentados ao longo do capítulo 5: o *Couchsurfing*, enquanto manifestação de regulação por reciprocidade generalizada; o *Airbnb*, como mercado híbrido, considerando sua versão de 2008, que atenderia como experiência de regulação do tipo reciprocidade balanceada, e a versão de 2019, enquanto mercado balanceado. O mesmo ocorreria com serviços de consumo alimentar, situando os serviços oferecidos pela plataforma *Gnammo*, enquanto forma de regulação de reciprocidade balanceada, *La Belle Assiette*, como mercado regido por preços, e finalmente, *La Rouche qui it oui*, enquanto mercado híbrido.

No capítulo 6, o olhar está mais circunscrito ao âmbito do *corwdsourcing*, por meio do qual a autoria assevera que a economia da colaboração está enraizada na tecnologia, especificamente nas práticas das comunidades virtuais. Em particular, merece destaque o fato de que este novo modelo de negócios habilitado pela *web*, coloca em evidência “demandas socialmente relevantes”, além de estimular sobremaneira práticas de civismo, estimulando as partes enquanto personalidades ativas no processo.

Na 3ª parte do Livro, constam os capítulos 7 e 8, onde são descritas as infraestruturas da colaboração, em especial os *fab labs* (laboratórios de fabricação) e as plataformas entre pares. Ramella e Manzo principiam explorando a hipótese do renascimento do artesanato, baseados na cultura do saber fazer. Este tipo de organização do trabalho, outrora altamente dependente da proximidade geográfica, com implicações rígidas do ponto de vista regulatório, a difusão de tecnologias de acesso e difusão do conhecimento, tornaria possível uma integração desses *fazedores* de coisas em grande escala. Em outras palavras, teríamos um regime de trabalho artesanal, singular, desatrelado das corporações de ofício.

Os *fab labs* seriam os bens coletivos deste novo formato de organização do regime de trabalho. Em regra, estes espaços são compostos de máquinas e programas *open source* e *freeware*, para criar e realizar objetos físicos. O capítulo apresenta um interessante estudo sobre a variedade e localização destes espaços.

O destaque para o qual chamamos atenção é para sua funcionalidade em situação de crise, se a tomarmos como expressão de mudanças rápidas e insurreição de demandas urgentes originadas pelo interesse público. Isso consta na descrição oferecida pelos autores ao reportar o engajamento de vários destes espaços no atendimento a demandas

dos sistemas de saúde durante a pandemia², possível em razão da configuração de relações horizontais, baseadas em acesso temporário a ferramentas de produção e serviço, muitas vezes privados. Contudo, após uma descrição comparativa da estrutura de funcionamento e localização, a autoria aponta os *fab labs* como resultado do desenvolvimento, e não de crise econômica, em assertiva paradoxal motivadora para construção de mais estudos acerca do fenômeno. Outra consideração interessante, diz respeito à possível ligação deste modelo produtivo, especialmente na Europa, estar associado ao excesso de capital humano, mais do que ao fenômeno do desemprego.

No capítulo 8, Ramella apresenta um estudo de três casos de plataformas entre pares, o *Airbnb* e aluguéis de curta duração, o *Bla Bla Car* e o *Carpooling*, e finalmente, o *Gnammo* e a alimentação social.

Os três casos são apresentados enquanto ações abarcadas pela economia colaborativa. Elas conformam o meio por onde novos modelos de negócio são experimentados, bem como as repercussões institucionais do processo, estejam elas representadas por convenções sociais ou representações normativas. As pesquisas foram realizadas no universo italiano de sua efetividade, por meio do que, a autoria oferece interpretações sobre as realidades, incumbências e perspectivas para cada um destes negócios.

Na conclusão, Ramella recupera uma premissa da qual o estudo partiu, a qual optamos por sublinhar: a colaboração é um ingrediente essencial nas sociedades contemporâneas, recurso frágil e resiliente, como ficou claro no período de emergência pandêmica. Embora tal premissa possa ser tomada como restrita a uma situação particular, surgida enquanto a obra era produzida, ela é contundente a respeito de possíveis generalizações às quais a leitura do estudo permite.

Nosso ponto de partida foi a descrição sintética da existência de três crises desafiadoras, para as quais não existem soluções ou fugas pontuais. A Europa, por exemplo, vive atualmente sob a sombra da ameaça de uma guerra total entre nações, além de uma perspectiva de inflação de dois dígitos. Ao falar em crises, Ramella aponta que estas muitas vezes apresentam oportunidades, pois estimulam respostas criativas, acionam mecanismos generativos, além da função de divulgação, chamando atenção às coisas essenciais.

² Alguns *fab labs* estiveram engajados na produção de máscaras para equipes médicas, além de equipamentos de complexidade relativamente variada, a partir de suas tecnologias aditivas e subtrativas, especialmente representadas pelas impressoras 3D.

Conforme descrito no livro, a economia da colaboração pode assumir formas muito diferentes, dependendo dos propósitos e das lógicas que a estruturam. Esse conjunto de atividades não pertence a esferas sociais ou econômicas isoladas umas das outras, pois elas se prestam a relação de competição, complementaridade, com efeitos positivos e negativos, além de uma variedade de princípios reguladores. Nesse sentido, rotulações desta forma assumidas pelas transações econômicas ora analisadas, podem acabar por limitar a compreensão da manifestação do fenômeno apenas à sua condição superficial.

Em 2018, 83% dos cidadãos europeus acessaram a internet uma vez por semana, 76% deles acessaram a rede todos os dias. Regular a economia da colaboração pode ser uma ação promissora, embora seja indevida a tentativa de fazê-lo sob orientação defensiva ou corporativa. Em conclusão, o sociólogo Francesco Ramella entende: i) que deve prevalecer um senso de regulação nas formas de concorrência desleal, salvaguardando operadores tradicionais, bem como consumidores; ii) promover a economia da colaboração gerando benefícios privados para as empresas e benefícios coletivos para consumidores e comunidades locais; iii) criar sinergias positivas entre as formas de mercado baseadas na reciprocidade”.

Finalmente, acreditamos que a obra apresenta tanto em sua dimensão teórica quanto empírica, elementos que auxiliam na compreensão de formas e modelos construídos que perfazem a ação socioeconômica contemporaneamente. Eles também são potencialmente capazes de apresentar alternativas aos desafios contingenciais presentes na sociabilidade comum, além de estimar quais práticas poderão estar adaptadas enquanto alternativas coletivas a problemas sociais emergentes, sejam eles relacionados a questões ambientais, de saúde pública, ou a problemas econômicos *stricto sensu*.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Chris. **A Cauda Longa**. Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, 2006.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. **O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar (o seu) o nosso mundo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo Tardio e os Fins do Sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DIEUAIDE, Patrick; AZAÏS, Christian (2020). **Platforms of Work, Labour, and Employment Relationship: The Grey Zones of a Digital Governance**. In: Pulignano, V., Murgia, A., Armano, E., Briziarelli, M. (eds). *Non-Standard Work, Self-Employment and Precariousness*. Lausanne: Frontiers, 2021. (pp. 40-53)



MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SLEE, Tom. **Uberização: A nova onda do trabalho precário**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA


A Economia da colaboração de Francesco Ramella e Cecília Manzo: uma análise ambivalente do presente para um futuro incerto

Rodrigo Campos Dilelio

Doutorando em Sociologia

UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, Brasil

Rodrigo_campos@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8326-3364>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 26/07/2022

Aprovado em: 01/08/2022

